



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

TERMO DE CORREIÇÃO
15ª Promotoria de Justiça da Capital

Nº DO PROCESSO SAJ/MP/AL: 10.2020.00000351-5

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº: 081/2020

DATA DA CORREIÇÃO: 11/11/2020

A CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS INSPECIONA, no uso de suas atribuições previstas no art. 16, I, IV da Lei Complementar nº 15/96 e nos arts. 2º, § 2º, 6º e 7º do Ato nº 001/2017- CGMP/AL o órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

I- DADOS EM RELAÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Atribuições - Ato normativo: Atuação judicial e extrajudicial em processos e procedimentos de interesse da Fazenda Pública Municipal da Capital, perante a 14ª e 15ª Varas Cíveis da Capital. Resolução CPJ nº 03/2020.

Municípios que compõem a área de atuação: Município de Maceió

Promotor de Justiça Titular: Fernanda Maria Moreira de Almeida Lôbo

Promotor de Justiça Substituto e/ou Designado: Marcus Rômulo Maia de Melo

Endereço da Unidade: Rua Antonio Brandão nº 203 – Edifício Empresarial 203 Offices, salas 712 e 713

Expediente da Unidade: 7.30 as 13.30, porém durante esse período de epidemia a atividade presencial está limitada das 08 h às 12 h, em regime de rodízio.

II- DADOS RELACIONADOS AO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data que o Membro assumiu a Unidade correacionada:

Reside no local de lotação? Sim, Avenida Aristeu de Andrade, 492, Ed. Giardino de Mare, 402 - Farol

Exerce o magistério? Não

Responde a procedimento administrativo disciplinar ? Não

Responde cumulativamente por outro órgão? Não

Nos últimos (6) seis meses se afastou das atividades? Por qual período? Não

Nos últimos (6) seis meses recebeu colaboração de outro Membro? Por qual período? Não

Nos últimos (6) seis meses participou de cursos de aperfeiçoamento? Somente virtual

Exerce a advocacia? Não

III- DADOS EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Atendimento ao público: No último semestre o atendimento presencial esteve suspenso em razão da epidemia do Covid-19. Assim, o atendimento ao público ocorreu de maneira remota, através de videoconferência, telefonema, WhatsApp e e-mail, nos mais diversos horários, muitos, inclusive, fora do expediente normal e de maneira absolutamente informal, o que facilitou sobremaneira o trabalho, porém dificultou o registro no sistema SAJ do MP, pois é diferente do atendimento presencial, que ocorre no ambiente de trabalho, com o sistema previamente aberto e um funcionário para cadastrar os visitantes e efetuar o registro.

Estrutura de Pessoal: A Promotoria de Justiça é coletiva, composta pela 14ª, 15ª e 16ª Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Municipal da Capital. Aqui trabalham 3 (três) servidores públicos, sendo 2 (dois) deles efetivos – analistas do Ministério Público – e no momento com 2 (dois) estagiários, todos servindo às três promotorias de justiça.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL**

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Estrutura física: A estrutura física comporta duas salas conjugadas – salas 712 e 713 – no edifício comercial Empresarial Office 203, dentro da qual há dois banheiros, três salas individuais para os Promotores de Justiça da 14ª, 15ª e 16ª Promotoria de Justiça e um salão central no qual trabalham os servidores e estagiários, cujo espaço é dividido em ilhas de trabalho.

Sistema de Arquivo: Sistema SAJ-MP.

Sistema de Registro: Os registros são feitos através do sistema SAJ-MP, bem como através de uma tabela de distribuição de procedimentos extrajudiciais, alimentada pelo Coordenador das Promotorias de Justiça.

De que modo são geridos os recursos decorrentes de termos de ajustes de conduta, transações penais e outros acordos? A Promotoria de Justiça não gerencia recursos.

Quantidade de processos que tramitam na unidade judiciária? De acordo com as respectivas certidões, na 15ª Vara da Capital tramitam 52.610 (cinquenta e dois mil, seiscentos e dez) processos judiciais, ao passo que na 14ª Vara da Capital tramitam 3.763 (três mil, setecentos e sessenta e três) processos judiciais.

Quantidade de feitos com vistas ao Ministério Público: De acordo com as respectivas certidões, na 15ª Vara não constam processos judiciais com vistas ou remessa a esta Promotoria de Justiça, ao passo que na 14ª Vara da Capital se encontram 41 (quarenta e um) processos judiciais com vistas eletrônica para o Ministério Público (14ª, 15ª e 16ª Promotorias de Justiça da Capital), nenhum com prazo vencido.

Observações: 1) Durante o mês de maio do corrente, esta representante substituiu o Promotor de Justiça titular da 16ª Promotoria de Justiça da Capital e

2) O atendimento ao público em geral restou prejudicado em razão da epidemia de Covid-19 que suspendeu as atividades presenciais. Nesse ínterim, realizamos o atendimento de modo informal, por telefone e o uso do aplicativo WhatsApp.

IV- DADOS EM RELAÇÃO A ATUAÇÃO DO MEMBRO (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PELO MEMBRO)

Informar quais os principais temas tratados na Promotoria e atuação destacada nos últimos 12 (doze) meses: A atuação da Promotoria de Justiça esteve centrada na defesa da probidade na Administração Pública, na defesa do patrimônio público, dos princípios da Administração Pública, no controle os atos administrativos (fiscalização de recursos públicos e notadamente os recursos relativos a COVID) e funcionamento dos serviços públicos essenciais. Cabe destacar que por integrar grupo de trabalho no âmbito do CNMP - orçamento e políticas públicas -, a atuação dessa representante ministerial vem refletindo o aprimoramento e apreciação das demandas voltadas ao foco orçamentário financeiro.

Atua com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional? Informar, de forma objetiva e resumida, sobre essa atuação: Em atendimento ao objetivo traçado no Plano de Ação 2020-2022, iniciativa estratégica 2.3.7, visando ao intercâmbio de informações, realizamos a manutenção de nossos cadastros junto a rede INFOSEG, no SINESP – Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública; cadastramo-nos e cadastramos os servidores efetivos no SISTEMA ELO da Justiça Eleitoral e realizamos o nosso cadastro junto ao SISCOAF – Sistema de Controle de Atividades Financeiras.

Ademais, sem prejuízo da demanda espontânea, a atuação da 15ª busca, sempre em colaboração com o Núcleo de Patrimônio Público, aderir e implementar as diretrizes estabelecidas.

Realiza atividades extrajudiciais não procedimentais de relevância social, tais como palestras, participação em reuniões e outras atividades que resultem em medidas de inserção social? Listar essa atuação nos últimos 12 (doze) meses: Desde junho de 2019 esta representante integra grupo de trabalho no CNMP voltado ao aprimoramento das questões orçamentárias e financeiras e neste contexto participou da elaboração de manual de atuação direcionado aos membros do Ministério Público, o qual será lançado em breve. Nos últimos 12 meses participamos de palestras e conferências no acompanhamento orçamentário e financeiro do Município de Maceió, e também em audiências públicas para discussão da LDO e LOA, em atuação derivada do Grupo de Trabalho do Orçamento no âmbito do Ministério Público Estadual. Tivemos igualmente participação em eventos voltados a demanda do transporte coletivo urbano, coleta e destinação de resíduos sólidos urbanos, com fins a adequada prestação dos serviços públicos essenciais. No âmbito da educação, participamos de palestras e capacitação dos gestores das unidades escolares no tocante à prestação de contas dos recursos públicos, em parceria com o PNUD.

Coordena e/ou participa de Projetos Sociais adequados às necessidades da respectiva comunidade e eficientes do ponto de vista de proteção e da efetivação de direitos fundamentais? Listar essa coordenação e/ou participação nos últimos 12 (doze) meses: Não

Acompanha, de forma contínua a tramitação, instrução e fiscalização dos procedimentos judiciais e das suas respectivas execuções, promovendo as medidas necessárias para a efetivação desses procedimentos, com relação ao cumprimento e aplicação das sanções impostas aos condenados, nas ações das quais é autor o Ministério Público? Explicar de forma exerce esse acompanhamento: Sim, através do sistema push na plataforma do Tribunal de Justiça, bem como através de alimentação de planilha contante da Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Municipal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Prioriza a atuação em tutela coletiva, sem prejuízo da atuação individual quando necessária (sem prejuízo dos atendimentos individuais e encaminhamentos necessários)? Exemplificar algum(ns) caso(s) ocorrido(s) nos últimos 12 (doze) meses: A atuação ministerial teve foco na tutela coletiva e na resolução extrajudicial de conflitos, através da celebração de TACs e expedição de Recomendações, as quais foram acatadas em sua totalidade. Como exemplo podemos citar: a celebração de TAC para a realização de concurso público e nomeação de servidores públicos para atendimento à demanda da educação; acompanhamento e fiscalização da realocação dos pescadores para o Centro Pesqueiro de Jaraguá; expedição de Recomendação para a Intervenção no Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Maceió e acompanhamento de todas as etapas com fins a uma tarifa módica e equilíbrio dos contratos; Recomendação para correção das distorções de execução do aterro sanitário de Maceió e acompanhamento das medidas adotadas; Acompanhamento das licitações de Transporte Escolar, Concessão de Abrigo de Ônibus, Operacionalização de consignados dos servidores públicos, entre outros. Como derivação das diretrizes traçadas pelo GT orçamento (MP/AL), tivemos uma atuação voltada à priorização das demandas da infância e adolescência nas questões orçamentárias, notadamente com foco na primeira infância.

Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social nos últimos 12 (doze) meses? Explicar, de forma resumida, o(s) caso(s): Afora os casos acima citados, merece destaque:

- 1) Acompanhamento do transporte coletivo e a problemática derivada do equilíbrio contratual;
- 2) Em face da retirada e realocação dos pescadores ocupantes da favela do Jaraguá, atuação no tocante à quantificação da tarifa pela ocupação dos boxes;
- 3) participação em grupo de trabalho em parceria com o Ministério Público de Contas, no acompanhamento e destinação dos recursos públicos transferidos ao Município de Maceió para combate à COVID, notadamente no âmbito da Secretarias Municipal de Educação e Assistência Social, com a instauração de Procedimentos Administrativos para tal fim;
- 4) celebração de TAC para o acompanhamento e fiscalização dos recursos do FUNDEF, em parceria com o Núcleo do Patrimônio Público e Núcleo da Educação, materializando as demandas com a 1ª infância antes aludidas;
- 5) Participação no GT Orçamento no Ministério Público Estadual e inserção da metodologia OCA (Abrinq) nas leis orçamentárias municipais;
- 6) Ajuizamento de Ações de Improbidade Administrativa em face dos vereadores de Maceió no tocante a utilização indevida da Verba Indenizatória da Atividade Parlamentar (VIAP – despesas inexistentes) e expedição de Recomendação objetivando o aprimoramento e controle na sistemática de prestação de contas;
- 7) Atuação em Inquérito Civil Público voltado a investigação da quebra da ordem cronológica dos pagamentos devidos às empresas que atuam na coleta de lixo urbano (procedimento com mais de 10.000 páginas).

Existe interação produtiva entre o Órgão de execução e os Centros de Apoio sobretudo com o alinhamento ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do Ministério Público? Descrever de que forma se opera essa integração: Sim, há troca de informações entre esses dois órgãos, bem como atuação conjunta com Núcleo de Defesa do Patrimônio Público, e utilização do sistema SIMBA na organização de informações obtidas com a quebra de sigilo fiscal e bancário; Núcleo da Saúde; Núcleo da Educação e Núcleo da Infância e Juventude, notadamente pela interface das questões orçamentárias e financeiras com as demandas das áreas de saúde, infância e educação desenvolvidas no âmbito municipal.

Participa de sociedade comercial ou organização não-governamental ? () Sim. (x) Não.

Em caso positivo, indicar a razão social e CNPJ.

Boas práticas alinhadas ao planejamento estratégico? Sim (x) Não () **Indicar quais:** Em consonância com o item 2.1.3 do Plano de Ação 2020-2022, área-fim, a atuação desse órgão ministerial se traduziu na elaboração e expedição de recomendações ao poder público, sugerindo boas práticas tendentes a diminuir a possibilidade de ocorrência de atos de improbidade administrativa, como acima já mencionado, além da atuação para implementação e aprimoramento da transparência, fiscalização de verba de gabinete da Câmara Municipal de Maceió, e aprimoramento do Portal de Transparência do Município, em conjunto com o Núcleo do Patrimônio Público, o que possibilitou a melhor e eficiente fiscalização dos recursos públicos transferidos ao Município para combate a COVID.

Utiliza de forma eficiente e objetiva os instrumentos e métodos de investigação na determinação de diligências, bem como dos recursos extrajudiciais e judiciais visando à prevenção e à tempestiva correção dos ilícitos?

Sim (x) Não ()

Em parceria com o Núcleo do Patrimônio Público são buscadas medidas de cooperação e apoio técnico

V- PROMOTORIA CÍVEL E/OU CRIMINAL

V.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO - PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEIS - 06 (seis) últimos meses.

PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Saldo anterior	28	28	28	29	28	29
Distribuídos no mês	49	49	43	33	50	57
Devolvidos no mês	51	37	52	24	49	59



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Saldo do mês atual	28	28	29	28	29	29
Audiências judiciais realizadas	00	00	00	00	00	00
Recursos interpostos aos Tribunais Superiores	00	00	00	00	00	00
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça	01	02	01	01	01	00

Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

Observações:

PERÍODO						
Saldo anterior (ações penais):						
Distribuídos no mês (ações penais):						
Devolvidos no mês (ações penais):						
Saldo do mês atual (ações penais):						
Saldo anterior (inquéritos policiais):						
Distribuídos no mês (inquéritos policiais):						
Devolvidos no mês (inquéritos policiais):						
Saldo do mês atual (inquéritos policiais):						
Arquivamentos (inquéritos policiais):						
Denúncias oferecidas:						
Autos de Prisão em Flagrante distribuídos:						
Termos Circunstaciados distribuídos:						
Audiências judiciais realizadas:						
Recursos interpostos:						
Sessões do Tribunal do Júri:						
Observações:						

PERÍODO	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Notícias de fato distribuídas:	05	04	02	05	05	03
Inquéritos Civis Públicos:	04	03	03	03	03	02
Procedimentos Preparatórios:	02	02	02	01	01	00
Procedimentos Administrativos:	05	06	07	06	07	07
TAC firmado:	00	00	00	00	01	00
Execução de TAC proposta:	00	00	00	00	00	00
Ação Civil pública de Improbidade Administrativa proposta:	00	00	00	01	00	01
Ação Civil Pública proposta (exceto improbidade administrativa):	00	00	00	00	00	00
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível:	00	00	00	00	00	00
Arquivamento sem Remessa:	08	04	04	04	04	02
Arquivamento com Remessa:	00	01	01	00	01	00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Audiências Extrajudiciais instrutórias (exceto Audiências Públicas e oitivas informais de adolescentes):	00	00	00	00	00	00
Audiências extrajudiciais autocompositivas:	00	00	00	00	00	00
Reuniões (com ata):	00	00	00	00	00	00
Atendimento ao público:	00	00	00	00	00	00
Oitivas informais de adolescentes (no caso de atribuição em ato infracional):	----	-----	-----	----	----	----
Instauração de PIC:	----	-----	-----	----	----	----
Arquivamentos de PIC:	----	-----	-----	----	----	----
Número de interceptações telefônicas iniciadas:	----	-----	-----	----	----	----
Observações:						
1) A Promotoria de Justiça não trabalha com PIC, escutas telefônicas e atos infracionais.						
2) As reuniões, o atendimento ao público e audiências extrajudiciais foram prejudicadas em razão do distanciamento social imposto pelo combate à epidemia de Covid-19.						
3) Foram igualmente prejudicadas a propositura de ações civis públicas e por improbidade administrativa em razão da dificuldade de requisitar e obter documentos nas repartições, a maioria das quais trabalhando remotamente, em regime de home-office.						
4) Em relação às Notícias de Fato, conforme solicitado acima, mencionados as que foram DISTRIBUÍDAS à Promotoria de Justiça em cada mês, acrescidos dos Protocolos Unificados que foram movimentados no mês respectivo, uma vez que a maioria dos procedimentos nos chegam sob a forma de PU.						
5) Já em relação aos PP (Procedimentos Preparatórios de ICP) e ICP (Inquéritos Civis Públicos), como não foi solicitado aqueles que foram distribuídos, mencionamos a quantidade de cada um que havia em tramitação na Promotoria de Justiça no mês solicitado.						

V.IV- DADOS EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) - ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	Impropriedade administrativa ACP/ações coletivas (exceto improbidade): 36 ações Ações para a defesa de direito individual e indisponível: 00
Processos cíveis – custos legis: 41 processos cíveis com vistas em 04.11.2020, porém nenhum com vistas há mais de 30 dias.	Com vista há mais de 30 dias: Nenhum Com vista há mais de 6 meses: Nenhum Com vista há mais de 12 meses: Nenhum
Processos cíveis ajuizados pelo MP	Com vista há mais de 30 dias: Nenhum Com vista há mais de 6 meses: Nenhum Com vista há mais de 12 meses: Nenhum
Processos eleitorais (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias: 00 Em tramitação há mais de 30 + 90 dias: (observar a prorrogação): 03
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias: 00 Em tramitação há mais de 90 e menos de 180 dias (verificar prorrogação): 00 Em tramitação há mais de 180 dias: 00



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Inquéritos Civis	Em tramitação há menos de 1 ano: 00 Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação): 02
Procedimentos Administrativos	Em tramitação há menos de 1 ano: 05 Em tramitação há mais de 1 ano: 02
Termos de ajustamento de conduta pendente de cumprimento:	Nenhum.
Audiências Públicas realizadas nos últimos 3 meses:	Não houve em razão da epidemia.
Recomendações feitas nos últimos 3 meses:	03 (Três)
Inquéritos policiais: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Ações Penais: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Processos de Execução Penal: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Termos Circunstanciados: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Auto de prisão em flagrante: (PREJUDICADO)	Com vista há mais de 30 dias: Com vista há mais de 6 meses: Com vista há mais de 12 meses:
Procedimentos Investigatórios Criminais - PIC's (PREJUDICADO)	Instaurados há menos de 90 dias: Instaurados há mais de 90 dias (verificar prorrogação): Instaurados há mais de 180 dias (verificar prorrogação):
Reuniões em Conselhos de Controle social nos últimos 3 meses: (PREJUDICADO)	Entidades de acolhimento de crianças e adolescentes: Fundações: Estabelecimento de idosos: Estabelecimentos de deficientes: Estabelecimentos de saúde: Estabelecimentos de comunidades terapêuticas: Delegacias de Polícia: Estabelecimentos Prisionais: Unidades de Medicina Legal: Unidades de Perícia Criminal: Estabelecimentos prisionais:
Visitas realizadas:	



MINISTÉRIO PÙBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

	Unidades de Internação para adolescentes:
	Estabelecimentos prisionais militares:
	Outros estabelecimentos:

Observações:Observações:

1) Dados baseados no dia 04.11.2020 informam que a Promotoria de Justiça possuía, naquela data, 41 processos cíveis com vistas, porém nenhum com vistas há mais de trinta dias;

2) Em relação a eventuais processos cíveis ajuizados pelo MP, insta acentuar que a 15ª Promotoria de Justiça não ajuiza processos cíveis, exceto ação civil pública e ação por improbidade, pois a 14ª e a 15ª Varas da Capital são juízos especializados da Fazenda Pública e ao MP não cabe a defesa jurídica de entes públicos, conforme recomenda a Constituição;

3) Todos os prazos relacionados à tramitação de procedimentos extrajudiciais se encontravam suspensos desde 18 de março de 2020 em razão do enfrentamento da epidemia causada pela Covid-19, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, do Ato PGJ nº 006/2020, posteriormente aditado por diversos atos que lhe ampliaram o prazo de vigência, sendo o último deles o Ato PGJ nº 29, que estendeu seus efeitos até o dia 13 de setembro de 2020. Portanto, dessumimos que em relação aos procedimentos instaurados nesse ínterim, seus prazos somente se iniciaram em 14.09.2020.

4) Os 02 Inquéritos Civis Pùblicos em tramitação há mais de 180 dias decorrem do fato de tratar-se de matérias complexas, com a catalogação de documentos que extrapolam o quantitativo de 10.000 páginas cada, e os 02 Procedimentos Administrativos em tramitação há mais de 180 dias decorrem da fiscalização de serviços contínuos e acompanhamento de licitação suspensa em virtude de decisão judicial e/ou processo administrativo.

VI-PROMOTORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (PREJUDICADO)						
VI.I- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCESSOS JUDICIAIS (PREJUDICADO)						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências realizadas						
Recursos interpostos ao Tribunal de Justiça						

Glossário: item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

Observações:

VI.II- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO PROCEDIMENTOS EXRAJUDICIAIS (PREJUDICADO)						
PERÍODO						
Notícias de fato distribuídas						
Inquéritos Civis Pùblicos						
Procedimentos Preparatórios						
Procedimentos Administrativos						
TAC firmado						
Execução de TAC proposta						
Ação Civil Pública proposta						
Medida Judicial de Defesa de Direito Individual Indisponível proposta						
Arquivamento sem Remessa						



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Arquivamento com Remessa					
Termos de Depoimento					
Audiências Extrajudiciais (exceto oitivas informais de adolescentes)					
Reuniões (com ata)					
Recomendações					
Observações:	VI.III-EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PREJUDICADO)				
Processos sob acompanhamento da Promotoria na(s) Unidade(s) Judiciária(s) – ações em que o MP é autor tramitando no Judiciário	ACP/ações coletivas				
	Ações para a defesa do direito individual indisponível				
	Ações de destituição do poder familiar e outras				
Processos da Infância e Juventude – custus legis	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
	Com vista há mais de 12 meses:				
Processos da infância e Juventude ajuizados pelo Ministério Público (Área Cível)	Com vista há mais de 30 dias:				
	Com vista há mais de 6 meses:				
	Com vista há mais de 12 meses:				
Notícias de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:				
	Em tramitação há mais de 30 dias:				
Procedimentos Preparatórios	Em tramitação há menos de 90 dias:				
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias (verificar prorrogação):				
	Em tramitação há mais de 180 dias:				
Inquéritos Civis	Em tramitação há menos de 1 ano:				
	Em tramitação há mais de 1 ano (verificar prorrogação):				
Processos Administrativos	Em tramitação há menos de 90 dias:				
	Em tramitação há mais de 90 dias:				
Termos de ajustamento de conduta pendentes de cumprimento:					
Audiências Públicas realizadas nos últimos 12 meses:					
Audiências concentradas em entidades de acolhimento institucional nos últimos 12 meses:					
Comparecimento a Reuniões em Conselhos de Controle Social nos últimos 12 meses:					
Visitas realizadas (nos últimos 12 meses)	Delegacia de Polícia:				
	Centros de internação provisória, definitiva e semiliberdade:				
	Entidades de acolhimento institucional:				
	Outras unidades de atendimento:				
	Estabelecimentos de saúde e comunidades terapêuticas:				



MINISTÉRIO PÙBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições de Medidas Socioeducativas (definitivos e provisórios):						
Número de crianças e adolescentes acolhidas em instituições (de acolhimento institucional):						
Observações:						
VI.IV- DADOS ESTATÍSTICOS DO ÓRGÃO- ATO INFRACIONAL (PREJUDICADO)						
PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais realizadas						
Recursos interpostos						
Termo Circunstanciado ou outro procedimento investigatório distribuído ao MP						
Notícia de fato distribuída						
Arquivamentos						
Remissões						
Representações						
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)						
Audiências de Oitivas informais						
Observações:						
VI.V- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÙBLICO (PREJUDICADO)						
Notícia de ato infracional (NF)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Boletim Circunstanciado de Ato Infracional (ou outros autos de investigação)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Procedimentos de Apuração de Ato Infracional (Ação Judicial, após representação à autoridade judiciária para aplicação de medida socioeducativa)	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
Execução de Medidas Socioeducativas	Com vista há mais de 30 dias:					
	Com vista há mais de 6 meses:					
	Com vista há mais de 12 meses:					
Se existe critério de recebimento de feitos:						
Observações:						
VII-PROMOTORIA ELEITORAL (PREJUDICADO)						
VII.I. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCESSOS JUDICIAIS- CÍVEL E CRIMINAL (PREJUDICADO)						



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

PERÍODO						
Saldo do mês anterior						
Distribuídos no mês						
Devolvidos no mês						
Saldo do mês atual						
Audiências judiciais/Sessões						
Recursos interpostos						

Glossário:(item 1 + item 2 – item 3 = item 4, ou seja, saldo do mês é igual à soma do saldo anterior e da distribuição do mês, subtraído os impulsionados no mês).

Observações:

VII.II. DADOS ESTATÍSTICOS DE PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS (PREJUDICADO)

PERÍODO						
1. Notícias de fato distribuídas						
2. Ações Eleitorais Cíveis propostas						
3. Procedimento Preparatório Eleitoral instaurado						
4. Outro procedimento Extrajudicial Eleitoral (especificar natureza no campo observações se for o caso)						
5. Arquivamento sem remessa						
6. Arquivamento com remessa						
7. Audiências Extrajudiciais inquisitoriais						
8. Audiências Extrajudiciais autocompositivas						
9. Inquéritos Policiais Eleitorais						
10. Arquivamento de Inquérito Policial/TCO eleitoral						

VII.III- EM RELAÇÃO AOS FEITOS NO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (PREJUDICADO)

Inquérito Policial/TCO eleitoral	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Ações Penais	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Mandados de Segurança	No prazo para manifestação (10 dias):	
	Fora do prazo para manifestação:	
Processos judiciais cíveis – <i>custus legis</i>	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 90 dias:	
	Com vista há mais de 12 meses:	
Processos cíveis referentes a ações ajuizadas pelo Ministério Público	Com vista há mais de 30 dias:	
	Com vista há mais de 6 meses:	
	Com vista há mais de 12 meses:	



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

Notícia de Fato	Em tramitação há menos de 30 dias:	
	Em tramitação há menos de 30 + 90 dias:(Observar a prorrogação):	
	Fora do prazo:	
Procedimento de Investigação Criminal (PIC)	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias	
PPE	Em tramitação há menos de 90 dias:	
	Em tramitação há mais de 90 dias e menos de 180 dias:	
	Fora do prazo:	
Ações Eleitorais (cíveis) ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Denúncias criminais ajuizadas nos últimos 12 meses:		
Recomendações feitas nos últimos 12 meses:		
Audiências públicas realizadas nos últimos 12 meses:		
Observações: Os feitos indicados no presente item deverão ficar à disposição da Equipe de Correição para análise.		

VIII- SUGESTÕES/OBSERVAÇÕES DO MEMBRO:

Sugerimos que os órgãos encarregados de receber denúncias on-line adotem critérios mais rígidos para o seu recebimento, a exemplo do preenchimento de formulário com identificação do denunciado, data e local em que o fato ocorreu e descrição do fato. São critérios já previstos na lei de improbidade administrativa como requisitos para uma representação e que ajudariam sobremaneira nosso trabalho.

Sugerimos também melhorias no sistema SAJ que permitam emitir relatório no modelo requisitado pela Corregedoria. Tivemos muita dificuldade em obter essas informações, não obstante tenhamos feito todo o trâmite dos procedimentos no SAJ de maneira escorreita. As dificuldades são inerentes ao sistema e não decorrentes de falha humana. A título de exemplo, quando solicitamos relatório de arquivamentos "com remessa ao CSMP", o sistema só coloca no relatório os procedimentos que foram ratificados pelo Conselho e retornaram à Promotoria de Justiça. Logo, se o Conselho não tiver ratificado, essa informação não aparecerá no relatório, não obstante o procedimento tenha sido efetivamente encaminhado ao colegiado e não esteja mais na promotoria.

IX- EXPERIÊNCIAS INOVADORAS E ATUAÇÕES DE DESTAQUE (Boas Práticas): Elaboração de Manual de Atuação, em conjunto com mais 07 (sete) promotores de justiça de outros estados, no grupo de trabalho Orçamento - CNMP

**X- PROCESSOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS EXAMINADOS
(PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL)**

ESPÉCIE	NÚMERO	DATA DO AJUIZAMENTO/DATA DA INSTAURAÇÃO	SITUAÇÃO DETECTADA
Processo Judicial	0718911-87.2020.8.02.0001/	10 de outubro de 2020 Entrada de carga 22 de outubro de 2020 Devolução ao TJ	Mandado de Segurança preventivo. Manipulação de medicamentos sem prescrição médica. Manifestação do



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

			Ministério Público pela concessão de segurança. Situação regular.
Processo Judicial	0731984-63.2019.8.02.0001/	09 de outubro de 2020 Entrada de carga 12 de outubro de 2020 Devolvido ao TJ	Ação Ordinária Obrigação de fazer. Servidor Público. Pedido de progressão funcional. Manifestação do MP pela procedência do pedido. Situação regular.
Protocolo Unificado	02.2020.00006184-0	04 de novembro de 2020. Entrada de carga.	Protocolo Unificado. Supostas irregularidades em edital público. Procedimento aguardando análise do promotor. Prazo observado (suspensão de prazos Ato 17/20) . Situação regular
Notícia de Fato	01.2020.00002683-1	31 de agosto de 2020 – Autuação 29 de outubro de 2020 – Despacho de prorrogação	Notícia de Fato. Transporte coletivo. Subsídios de valores da tarifa. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado. Situação regular
Notícia de Fato	01.2020.00001267-0	07 de maio de 2020 Autuação 29 de outubro de 2020 – Despacho de prorrogação.	Notícia de Fato. Oposição de grades para isolamento da orla marítima durante a pandemia COVID 19. Contratação. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado (suspensão de prazos Ato 17/20) Situação regular
Procedimento Administrativo	09.2018.00000774-1	15 de agosto de 2018 Autuação 05 de setembro de 2019 Despacho prorrogação 29 de outubro de 2020 Despacho de prorrogação	Procedimento Administrativo. Acompanhamento de abertura de processo licitatório para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção de abrigo de ônibus. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado (suspensão de prazos Ato 17/20) Situação regular
Inquérito Civil Público	06.2019.00000554-7	03 de setembro de 2019 Portaria.	Supostas irregularidades em pagamentos de contraprestação de serviços públicos relativos ao tratamento de resíduos sólidos e serviços de limpeza urbana. Procedimento em fase de instrução. Prazo observado (suspensão de prazos Ato 17/20). Situação regular.
Procedimento Administrativo	09.2018.00000424-4	15 de maio de 2018 Portaria de instauração 25 de maio de 2029 Despacho de prorrogação 29 de outubro de 2020 Despacho de prorrogação	Acompanhamento de Recomendação para regularização de serviços do aterro sanitário de Maceió. Prazo observado (suspensão de prazos Ato 17/20). Situação regular.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS
CORREGEDORIA GERAL

Ed. Carlos Guido Ferrário Lobo, Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Poço, Maceió/AL.
CEP 57.025-400 Telefones de nº. (82) 2122-3565 / 2122-3500. e-mail: corregedoria@mpal.mp.br

OBSERVAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):

Os processos judiciais encontravam-se com sua tramitação normal no fluxo. A análise por amostragem dos processos judiciais (com vistas ao Ministério Público e devolvidos ao TJ), demonstra sua regularidade e tempestividade, apresentando boa qualidade formal e técnica nas respectivas manifestações.

Por amostragem verifica-se a regularidade quando do arquivamento/finalização das Notícias de Fato e Protocolos Unificados.

Procedimentos Administrativos, Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Civis Públicos com regular tramitação (prazo de conclusão e impulso).

ORIENTAÇÕES (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELO MEMBRO CORREICIONADO (PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DA CORREGEDORIA-GERAL):

CONCEITO:	<input type="checkbox"/> EXCELENTE	<input checked="" type="checkbox"/> MUITO BOM	<input type="checkbox"/> REGULAR	<input type="checkbox"/> INSUFICIENTE
-----------	------------------------------------	---	----------------------------------	---------------------------------------

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROMOTOR DE JUSTIÇA - ASSESSOR TÉCNICO
------------------------------	--

NOME: Fernanda Maria Moreira de Almeida Lôbo	NOME: Napoleão Amaral Franco
--	------------------------------